

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. REQUISITANTE

Órgão: **Secretaria Infraestrutura**

Responsável: Leonildo André Da Silva

CPF Nº 035.694.044-63

Cargo: Diretor do Departamento de Urbanização e Serviços Públicos

Responsável: Renato Barbosa Silva de Luna Freire Vieira da Cunha

CPF Nº 713.052.294-10

Cargo: Diretor do Departamento de Obras e Construção

2. OBJETO PARA CONTRATAÇÃO

2.1 AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EM GERAL (EM REGIME DE MENOR PREÇO POR ITEM, UTILIZANDO COMO CRITÉRIO O MAIOR DESCONTO PERCENTUAL UNITÁRIO TOMANDO COMO REFERÊNCIA A TABELA SINAPI DO MÊS FEVEREIRO DE 2026, COM DESONERAÇÃO, ABRANGÊNCIA PERNAMBUCO), PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DEMAIS SECRETARIAS VINCULADAS A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO/PE.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A necessidade da contratação decorre da demanda apresentada pelas secretarias municipais para a aquisição de MATERIAL BÁSICO, MATERIAL DE ACABAMENTO/PINTURA, FERRAMENTAS, MATERIAL DE ALVENARIA/ESTRUTURA, MATERIAL DE COBERTURA, MATERIAL HIDRÁULICO, MATERIAL ELÉTRICO, MATERIAIS DE FERRO, AÇO, ENTRE OUTROS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, na intenção de atender à demanda para manutenção e eventuais recuperações dos prédios públicos, praças, ruas e avenidas do Município.

3.2. A aquisição dos materiais adequados é essencial para garantir a qualidade e a segurança das construções e para cumprir os requisitos estabelecidos pelos órgãos reguladores.

3.3. Alguns exemplos de materiais comumente necessários incluem cimentos, massa corrida, tinta entre outros. A seleção e aquisição desses materiais devem ser baseadas em projetos e especificações técnicas para garantir maior eficiência e durabilidade das obras públicas.

3.4. Dessa maneira, considerando tratar-se de um processo licitatório, que atende a todas as secretarias, a necessidade de sua realização decorre da demanda apresentada pelas secretarias para a realização de obras públicas para benefício da população.

3.5 A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/21), estabelece as normas para licitações e contratos da administração pública, incluindo obras e serviços, e visa garantir a igualdade de oportunidades, a competitividade e a transparência nas contratações públicas, bem como a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) que estabelece normas de finanças públicas no Brasil, incluindo a realização de despesas com obras públicas.

3.6 A utilização da tabela SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil) na aquisição de materiais para construção oferece várias vantagens, onde dentre elas:

Referência de preços: A tabela SINAPI fornece uma referência confiável de preços de materiais utilizados na construção civil, que são atualizados periodicamente. Isso ajuda a evitar preços inflacionados ou fornecedores que cobrem valores acima do mercado.

Transparência e padronização: A tabela SINAPI é amplamente utilizada em todo o país, o que promove a padronização dos preços e a transparência nas aquisições de materiais para construção, tanto no setor público como privado.

Facilidade de comparação: Com a tabela SINAPI, é possível comparar preços de diferentes materiais e fornecedores de forma simples e rápida, auxiliando na tomada de decisão quanto à melhor oferta disponível.

Economia de recursos: Utilizar a tabela SINAPI na aquisição de materiais pode contribuir para a economia de recursos públicos, uma vez que os preços de referência são estabelecidos com base em pesquisas e análises de mercado.

Garantia de qualidade: A tabela SINAPI, além de fornecer os preços, também define as especificações técnicas dos materiais. Isso contribui para a garantia de qualidade das obras públicas, pois orienta na escolha dos materiais adequados

4. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

4.1 O Município de Lagoa do Carro não elaborou o seu Plano de Contratação Anual.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

5.1 A empresa deve atender com as condições de habilitação jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista, e econômico-financeira, nos termos do artigo 62 e seguintes da Lei 14.133/2021, e considerando que a natureza do objeto não exige maior especialidade do fornecedor, os requisitos de habilitação podem ser os mínimos possíveis.

5.2 Também se pode presumir que objetos comuns não demandam maior especialidade do fornecedor. Logo, os requisitos de habilitação podem ser os mínimos possíveis." (Acórdão TCU nº 1729/2008 - Plenário). É inconstitucional e ilegal o estabelecimento de exigências que restrinjam o caráter competitivo dos certames. (Acórdão TCU nº 539/2007 - Plenário). As exigências Editalícias devem limitar-se ao mínimo necessário para o cumprimento do objeto licitado, de modo a evitar a restrição ao caráter competitivo do certame. (Acórdão TCU nº 110/2007 - Plenário).

5.3. Requisitos Obrigacionais:

- Aceitar o controle/análise de qualidade dos materiais, realizada por unidades habilitadas por este município, se for o caso.
- Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento ora contratado, tais como fretes, impostos, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes do objeto e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo município.
- Entregar o material no prazo de 05 (cinco) dias, durante o expediente.
- Reparar ou indenizar, dentro do prazo estipulado pela autoridade competente, todas e quaisquer avarias ou danos causados aos bens do contratante, ou de terceiros, decorrentes de ação ou omissão de seus empregados e fornecedores.
- Substituir, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, os produtos entregues, caso se apresentem impróprios para consumo.

- Providenciar para que seus empregados cumpram as normas internas relativas à segurança do contratante.
- Manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação e contratação.
- Fornecer os materiais descritos com rapidez e eficiência. - Cumprir o objeto do contrato estritamente de acordo com as normas que regulamentam o objeto da contratação.

5.4 A vigência da presente contratação será determinada: 12 (doze) meses, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste, podendo ser prorrogado conforme o art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.5 Uma vez autorizada, a contratação pretendida deverá possuir previsão e adequação orçamentária e financeira com o orçamento vigente e compatibilidade com as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

6. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO

6.1 Estima-se que será adquirido materiais de construção (tabela de itens anexo) no valor máximo estimado de **R\$ 1.600.000,00 (Um milhão, seiscentos mil reais)**, visando a manutenção e eventuais recuperações dos prédios públicos, praças, ruas e avenidas do Município de Lagoa do Carro/PE.

7. RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PRETENDIDA E O DIMENSIONAMENTO DA AQUISIÇÃO

7.1 O quantitativo e a respectiva unidade atribuída, fundamentais ao dimensionamento da pretensa contratação em função da utilização provável, foram devidamente definidos mediante observância à previsão da demanda a ser atendida e possíveis alterações em decorrência das atividades a serem desenvolvidas e seus desdobramentos, bem como considerando o orçamento disponível e ainda a sequência histórica da realização de despesas semelhantes, quando existente; a fim de se evitar aditivos contratuais desnecessários ou mesmo a necessidade de se realizar novo certame, com consequente perda de economia de escala.

8. ESTIMATIVAS PRELIMINARES DOS PREÇOS

8.1 A fonte pesquisada para obtenção do Percentual de Desconto mínimo foi através de Contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos últimos 12 (Doze) meses anteriores à data da pesquisa de preços. Ex. Termos de Homologações, Contratos.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL MÁXIMO (R\$)	DESCONTO MÍNIMO ACEITÁVEL (%)
1	Materiais de Construção em Geral (Materiais de Alvenaria, Pintura, Hidráulicos, Elétricos, Pisos, Revestimentos e demais acessórios; Materiais de Telhas, Calhas, Ferro, Aço, carpintaria, marcenaria, Janelas, Portas, Ferragens; Ferramental em geral; Vidraçaria e demais acessórios, complementos e afins (baseado na Tabela SINAPI-PE)	Und	1.600.000	R\$ 1,00	R\$ 1.600.000,00	7,00%
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 1.600.000,00	

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

9.1 4.1. A Lei Federal n. 14.133/2021 traz ainda em seu texto legal, como um de seus objetivos, a análise de solução/contratação mais vantajosa para compras públicas, de modo particular na fase preparatória do processo licitatório, considerando o ciclo de vida do objeto, conforme dispõe o art. 11, inciso I, e o art. 18, inciso VIII, ambos do referido texto legal:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos: I - Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos: [...]

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

9.2. Reforça-se que a legislação licitatória traz que este tema é conteúdo a ser acrescido ao Estudo Técnico Preliminar, apresentando a descrição da solução como um todo:

Art. 18 [...]

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos: [...]

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

9.3. Com fundamento nos pontos supracitados, é necessário fazer uma análise sobre os itens deste processo licitatório, e, de tal forma, frisa-se que o ciclo de vida desses bens inclui geralmente as seguintes etapas: aquisição, baseada em pesquisa e seleção dos objetos que atendam as demandas das entidades, transporte e entrega, utilização e descarte.

9.4. Para fins do presente processo licitatório, adotou-se como base a divisão feita pela Consultoria-Geral da União em seu Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, subsídio recentíssimo e que já considerou, em sua elaboração, tanto as disposições da legislação licitatória quanto aquelas da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

9.5. Analisando, contudo, o singular destaque dado pela Lei Federal n. 14.133/2021 às questões relativas à manutenção do bem ao descrever o seu ciclo de vida (art. 18, § 1º, inciso VII, e art. 34, § 1º), optou-se por abordá-las em uma etapa à parte do uso, estando, assim, dividido o ciclo de vida em: produção, distribuição, uso, manutenção e disposição final:

Produção: É a primeira fase do ciclo de vida de um objeto. Nessa etapa, são realizados todos os processos necessários para criar o produto, incluindo o seu planejamento, a obtenção de matérias primas, a fabricação, a montagem e os testes.

Distribuição: É a fase seguinte, na qual o produto é transportado e disponibilizado ao consumidor final. Essa etapa inclui o armazenamento, o transporte, a embalagem e a entrega do produto pelo fornecedor.

Uso: É a fase principal, em que o consumidor utiliza o produto por um período ou o consome, se for o caso. Considera-se aqui a sua função, facilidade e instruções de uso, vida útil e segurança.

Manutenção: É a fase em que ocorrem as atividades de reparo, armazenagem, limpeza e conservação do produto para mantê-lo funcionando adequadamente e prolongar sua vida útil. Ocorre tanto por parte do usuário do produto, através das informações e suporte técnico a serem fornecidos pelo fabricante/fornecedor, quanto diretamente por este, ao realizar a assistência técnica, o conserto ou mesmo a substituição.

Disposição final: É a última fase do ciclo de vida de um bem, que se refere à forma como o produto é descartado após o fim de sua vida útil. Deve dispor sobre as possibilidades para tal, os meios de realizá-las e os impactos ambientais de cada uma.

9.6 Neste viés, o ciclo de vida dos materiais para construção possui diversas etapas pelas quais um material passa desde sua extração ou produção até sua disposição final. Essas etapas incluem:

9.7 Extração de matérias-primas: Nesta fase, os recursos naturais, como minerais, madeira, areia, etc., são extraídos do meio ambiente para a produção dos materiais de construção.

Produção: As matérias-primas extraídas passam por processos de fabricação nas indústrias, onde são transformadas em materiais de construção, como tijolos, concreto, aço, vidro, etc.

Transporte: Os materiais de construção são transportados das fábricas para os locais de construção, envolvendo o uso de transporte terrestre, marítimo ou aéreo, o que pode ter impacto ambiental devido a emissões de gases de efeito estufa.

Construção: Os materiais são utilizados para a construção de edifícios, estruturas e infraestruturas, formando a base física da obra.

Uso e manutenção: Durante a fase de uso, os materiais são utilizados e, posteriormente, podem exigir manutenção regular para garantir sua durabilidade e segurança.

Renovação ou reforma: Em algum momento, a estrutura pode passar por renovação ou reforma, o que pode envolver a substituição de alguns materiais ou a incorporação de novos.

Demolição: No final da vida útil da estrutura, ocorre a demolição, onde os materiais de construção são removidos e descartados ou reciclados.

Disposição final: Os materiais de construção podem ser destinados para aterros sanitários, reciclados para outras aplicações, revendidos ou reutilizados em novos projetos.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

10.1 De acordo com a legislação vigente, é obrigatório o parcelamento quando o objeto da contratação tiver natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto a ser licitado. Compras, obras ou serviços efetuados pela Administração serão divididos em tantos itens, parcelas e etapas que se comprovem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se a licitação com vistas ao melhor

aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado, sem prejuízo da economia de escala. A norma ainda permite cotação de quantidade inferior à demandada no certame, com vistas a ampliação da competitividade, podendo o ato convocatório fixar quantitativo mínimo. Nesse sentido, o competente processo licitatório a ser deflagrado para efetivação da presente contratação será dividido em itens, conforme as características e especificações constantes da tabela acima destacada, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

10.2. Os produtos que serão adquiridos são passíveis de divisão, logo, as entregas serão de forma parcelada, sem estabelecer valor mínimo para cada compra, de acordo com a necessidade de Cada Secretaria solicitante.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1. O resultado pretendido com a aquisição de materiais de construção e ferramentas, é a utilização na manutenção e eventuais recuperações dos prédios públicos, praças, ruas e avenidas do Município, com isso, conservando o patrimônio público e proporcionando melhoria e tornando mais eficiente o atendimento aos cidadãos do município de Lagoa do Carro/PE.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

12.1. Até o presente momento não se verifica providência adicional a ser tomada que não tenha sido discriminada neste documento.

12.2. O procedimento de fornecimento previsto mostra-se razoável, desde que sejam observadas as seguintes orientações:

12.2.1. Deverá ser solicitado, por escrito, à empresa contratada, orçamento dos materiais informando marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

12.2.2. Os preços propostos no orçamento deverão estar de acordo com a tabela de preços da **SINAPI DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2026, COM DESONERAÇÃO, ABRANGÊNCIA PERNAMBUCO**), já aplicado o percentual de desconto.

12.2.3. O orçamento deverá fazer referência às especificações e respectivos grupos SINAPI, os valores unitários, o desconto aplicado, o valor total, bem como atestar que os bens ofertados atendem as normas legais previstas no edital e TR;

12.2.4. Caso aprovado o orçamento, será emitida ordem de fornecimento para aquisição dos materiais acompanhadas da respectiva nota de empenho;

12.2.5. A empresa fornecedora deverá lançar na nota fiscal as especificações dos bens entregues de modo idêntico com aqueles constantes na requisição fornecida pelo REQUISITANTE;

12.2.6. A forma de acesso as tabelas de preços deverão sempre tomar como referência a tabela SINAPI/PE, mês de FEVEREIRO (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), disponibilizada pela CAIXA ECONOMICA FEDERAL no sítio: https://www.caixa.gov.br/site/Paginas/downloads.aspx#categoria_653

13. ANÁLISE DE RISCO

13.1 Não foram identificados riscos substanciais a fora os comuns a toda contratação semelhante, tais como: a inexecução total ou parcial do ajuste pactuado; o não cumprimento de obrigações, especificações, projetos e prazos; bem como a ocorrência de caso fortuito ou de força maior.

13.2 Entende-se que as ações, de iniciativa da Administração, necessárias para reduzir a ocorrência dos riscos identificados, já estão previstas nos normativos aos quais a contratação da presente aquisição deverá estar devidamente fundamentada, representadas pelas sanções administrativas a serem definidas, observando-se os aspectos e características do seu objeto.

14. IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. A aquisição em si deste não gera impactos ambientais diretamente, não sendo necessárias medidas para sanar qualquer risco ambiental que porventura possa existir.

14.2. Porém, foram adotadas medidas no sentido de se adquirir produtos com materiais sustentáveis.

15. CONCLUSÃO

15.1 Com base nas especificações e requisitos da solução escolhida que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, bem como considerando os elementos obtidos nos estudos preliminares realizados, avalia-se viável a contratação pretendida.

15.2 Informamos ainda que o referido Estudo Técnico Preliminar – ETP, foi elaborado conforme o parágrafo 2º da art. 18 da lei 14.133, por se tratar de uma aquisição já realizada por esta secretaria, o que possibilita uma definição mais prática da melhor solução a ser aplicada.

16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO:

16.1 Assim, entendemos que a aquisição em questão, desde que respeitados os critérios técnicos, definições e exigências neste ETP, é a solução adequada para a questão enfrentada pela administração pública no momento, sendo o gasto público empenhado nos moldes aqui descritos vantajoso para a administração municipal e, por consequência, aos administrados.

Lagoa do Carro, 11 de maio de 2026

Leonildo André Da Silva
Diretor do Departamento de Urbanização e Serviços Públicos

Renato Barbosa Silva de Luna Freire Vieira da Cunha
Diretor do Departamento de Obras e Construção